



PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUI

Rua Padre Belchior, nº51 – Centro – Tel.: (37) 9-9979-

9805CEP 35650-000 – Pitangui – Minas Gerais

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 156/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 016/2025.

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Processo Licitatório nº 156/2025

Pregão Eletrônico nº 016/2025

Objeto: Constitui objeto da presente licitação registro de preços para uma eventual e futura prestação de serviços de capina química e manual, roçada mecânica e manual, roçada mecanizada com trator, dedetização de ruas e logradouros das ruas e espaços públicos do Município de Pitangui.

Decisão sobre a impugnação de edital de licitação.

IMPUGNANTE: MINAS - CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 18.080.373/0001-85, sediada na Rua na Rua Bahia, 762, Santa Eugênia II, Lagoa da Prata/MG – CEP: 35.593-156.

IMPUGNADO: Edital Processo Licitatório 156/2024_ Pregão Eletrônico nº 016/2025.

DA SINTESE E DA IMPUGNAÇÃO

O Processo Licitatório nº**156/2025**, na modalidade Pregão Eletrônico nº **016/2025**, executado pela Prefeitura Municipal de Pitangui, o qual tem como objeto registro de preços para uma eventual e futura prestação de serviços de capina química e manual, roçada mecânica e manual, roçada mecanizada com trator, dedetização de ruas e logradouros das ruas e espaços públicos do Município de Pitangui.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUI

Rua Padre Belchior, nº51 – Centro – Tel.: (37) 9-9979-

9805CEP 35650-000 – Pitangui – Minas Gerais

I- DOS FATOS

- 1.1. A empresa qualificada acima tem interesse em participar do presente processo licitatório que tem por objeto o registro de preços para uma eventual e futura prestação de serviços de capina química e manual, roçada mecânica e manual, roçada mecanizada com trator, dedetização de ruas e logradouros, prédios e espaços públicos do município de Pitangui/MG. Ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou-se que a licitação prevê a prestação de serviço de capina química, conforme consta no lote 2, item 2.

No entanto, esta modalidade de capina é vedada em ambiente urbano, razão pela qual interpõe a presente impugnação.

II-OBJETO DA IMPUGNAÇÃO

- 1.1 O edital prevê em seu objeto o registro de preço para a prestação de serviços de roçada e capina, tanto manual quanto química, conforme especificado no Termo de Referência anexo ao edital. No entanto, a utilização de capina química é vedada pela legislação ambiental vigente, sendo considerada uma prática nociva ao meio ambiente e à saúde pública. Neste sentido, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em nota oficial publicada em 2010, reafirmou a proibição do uso de agrotóxicos para capina química em áreas urbanas, destacando que essa prática não é autorizada por nenhum órgão regulador. Observa-se a conclusão da nota técnica: Dessa forma, a prática da capina química em área urbana não está autorizada pela ANVISA ou por qualquer outro órgão, não havendo nenhum produto agrotóxico registrado para tal finalidade. (Destacou-se). ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nota sobre o uso de agrotóxicos em área urbana. Brasília, 15 jan. 2010. A ANVISA apontou os riscos à saúde da população, à fauna e à flora, além da impossibilidade de garantir condições seguras de aplicação e isolamento das áreas tratadas. O informe oficial da ANVISA reitera que não há qualquer produto registrado para essa finalidade em ambiente urbano. Ademais, importante ressaltar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª ed., da Advocacia-Geral da União, o qual orienta a adoção de práticas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUI

Rua Padre Belchior, nº51 – Centro – Tel.: (37) 9-9979-

9805CEP 35650-000 – Pitangui – Minas Gerais

sustentáveis na administração pública, priorizando métodos que minimizem impactos ambientais e garantam a saúde da população. Além disso, o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 estabelece a necessidade de observância do desenvolvimento sustentável em contratações públicas, o que reforça a inadequação da capina química em áreas urbanas. Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Destacou-se) Deste modo, importante que se leve em consideração os riscos atribuídos a capina química e que constam no documento elaborado pela ANVISA: 1. Durante a aplicação de um produto agrotóxico, se faz necessário que o trabalhador que venha a ter contato com o produto, utilize equipamentos de proteção individual. Em áreas urbanas outras pessoas como moradores e transeuntes poderão ter contato com o agrotóxico, sem que estejam com os equipamentos de proteção e sendo impossível determinar-se às pessoas que circulem por determinada área que vistam roupas impermeáveis, máscaras, botas e outros equipamentos de proteção. 2. Em qualquer área tratada com produto agrotóxico é necessária a observação de um período de reentrada mínimo de 24 horas, ou seja, após a aplicação do produto, a área deve ser isolada e sinalizada e, no caso de necessidade de entrada no local durante este intervalo, o uso de equipamentos de proteção individual é imperativo. Esse período de reentrada é necessário para impedir que pessoas entrem em contato com o agrotóxico aplicado, o que aumenta muito o risco de intoxicação. Em ambientes urbanos, o completo e perfeito isolamento de uma área por pelo menos 24 horas é impraticável, isto é, não há meios de assegurar que toda a população seja adequadamente avisada sobre os riscos que corre ao penetrar em um ambiente com agrotóxicos, principalmente em se tratando de crianças, analfabetos e deficientes



PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUI

Rua Padre Belchior, nº51 – Centro – Tel.: (37) 9-9979-

9805CEP 35650-000 – Pitangui – Minas Gerais

visuais. 3. É comum os solos das cidades sofrerem compactação ou serem asfaltados, o que favorece o acúmulo de agrotóxico e de água nas suas camadas superficiais. Em situação de chuva, dado escoamento superficial da água, pode ocorrer a formação de poças e retenção de água com elevadas concentrações do produto, criando uma fonte potencial de risco de exposição para adultos, crianças, flora e fauna existentes no entorno. Cabe ressaltar neste ponto que crianças, em particular, são mais sujeitas às intoxicações em razão do seu baixo peso e hábitos, como o uso de espaços públicos para brincar, contato com o solo e poças de água como diversão. 4. Em relação à proteção da fauna e flora domésticas ou nativas, é importante lembrar que cães, gatos, cavalos, pássaros e outros animais podem ser intoxicados tanto pela ingestão de água contaminada como pelo consumo de capim, sementes e alimentos espalhados nas ruas. 5. Por mais que se exija na jardinagem profissional o uso de agrotóxicos com classificação toxicológica mais branda, tal fato não afasta o risco sanitário inerente à natureza de tais produtos. (destacou-se) Assim, pode-se concluir que a capina química não atende os requisitos de sustentabilidade, estando em desconformidade com a legislação ambiental e com os princípios da contratação pública. Como demonstrado acima, não há produtos químicos autorizados pela ANVISA para aplicação em ambiente urbano, o que também é confirmado pela Nota Técnica nº 04/2016 da ANVISA. 9. Reitera, ainda, que é proibida a capina química em ambientes urbanos de livre circulação (praças, jardins, logradouros etc.), em que não há meios de assegurar o adequado isolamento, ou seja, onde não é possível aplicar medidas que garantam condições ideais de segurança da população que reside ou circula. (Destacou-se) Assim, é inviável a prestação de serviço deste modelo de capina. Deste modo, deve-se determinar a exclusão da modalidade de capina química.

III-PEDIDO

1. Diante do exposto, requer-se que: a) Seja acolhida a presente impugnação, determinando-se a exclusão de qualquer previsão de capina química no edital; b) Seja republicado o edital com as devidas correções, adotando-se outros modos de capina, a exemplo, a capina manual, mecânica ou por eletrocussão de plantas daninhas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUI

Rua Padre Belchior, nº51 – Centro – Tel.: (37) 9-9979-

9805CEP 35650-000 – Pitangui – Minas Gerais

garantindo sua conformidade com a legislação ambiental e administrativa;

IV- DECISÃO

Assim, conheço da impugnação, por tempestiva, para no mérito, acatar o provimento, retificando-se a redação original do edital de licitação e a nova data de abertura, como passo necessário à divulgação do processo licitatório na plataforma site <https://ammlicita.org.br/> disponibilizado no sistema, sendo que a sessão será realizada **23/05/2025 às 08:30 horas**, prazo suficiente para que os interessados tomem conhecimento do teor do presente documento.

Quanto ao Mérito acato Procedência Total ao Pedido, sendo alterado o objeto conforme especificações.

Pitangui, 21 de maio de 2025.

Ana Paula Silva Ramos.

Pregoeira